Um ano para refletir sobre a Química

Michele Martins

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) elegeu 2011 o Ano Internacional da Química. Para conhecermos mais sobre essa área de conhecimento, o **Jornal UFG**, trouxe em sua primeira edição do ano uma entrevista com o diretor do Instituto de Química da UFG, Neucírio Ricardo de Azevedo, na qual ele fala sobre a formação acadêmica, as perspectivas do mercado de trabalho e a necessidade de políticas públicas que deem sustentação aos avanços no campo da chamada "química fina".

Jaqueline Telis

Quais as principais demandas do mundo de hoje para a área da Química?

Eu acredito que a escolha de 2011 como o Ano da Química foi uma decisão impulsionada pelo crescimento da importância da química, principalmente na produção de alimentos e energia. Quando pensamos em química podemos considerar todas as atividades. Com o crescimento da população mundial, o problema da energia tem se tornado premente. E não podemos esquecer que a química está em todas as frentes de produção de energia, seja na petroquímica, seja na formação de células solares, na energia eólica ou na energia de ondas. Por exemplo, os carros elétricos, eles utilizam baterias de lítio e polímero. Essas baterias precisam de qual profissional para desenvolvê-las e melhorá-las cada vez mais? É claro que não estou desqualificando as outras profissões, mas é o químico que terá o papel-chave nesse trabalho.

Quais são as deficiências das políticas públicas relacionadas com essa área?

No Brasil, os incentivos para o desenvolvimento da chamada "química fina" ainda são muito deficientes. O maior problema é que ainda persiste muito incipiente no país a produção de fármacos, catalisadores ou mesmo novos materiais para informática. Por quê? Porque temos ainda uma forte presença das multinacionais aqui e não temos uma política de governo para estimular o empresário brasileiro a investir dinheiro no desenvolvimento de um fármaco, por exemplo. Desenvolver um fármaco não é fazer aquilo que está pronto. No caso de alguns fármacos para o tratamento do câncer ou da Aids, por exemplo, o Brasil tem dois caminhos: ou quebra a patente e faz porque conhece o que os outros desenvolveram ou paga *royalties,* porque nós não desenvolvemos a nossa metodologia. A molécula não tem dono, mas o jeito de chegar a ela tem. Qual o nosso problema? Nós não desenvolvemos a fórmula e temos de pagar *royalties* para quem a elaborou. Então, falta no Brasil uma política de valorização voltada para quem faz a pesquisa nesse ponto, da química fina. Falta ao pesquisador brasileiro criar metodologias para desenvolver moléculas que terão finalidade farmacológica, mas por método nosso. Isso é química fina. O Brasil faz pouco disso, se formos parar para pensar. Falta incentivo do governo. E de que maneira isso pode ser feito? Por exemplo, quem for desenvolver uma nova molécula, não paga imposto. Mas o que acontece é o governo tratar da mesma forma a empresa que produz uma molécula da qual já caiu a patente e uma empresa que pretende desenvolver uma fórmula original. Isso é falta de incentivo do governo.

Qual é, no momento, a situação das graduações do Instituto de Química?

O nosso curso de Química está entre os dez melhores do Brasil e isso é motivo de orgulho. No *Guia do Estudante*, da Editora Abril, ele tem sido avaliado há cinco anos com quatro estrelas. É um curso bem avaliado por nós, como docentes críticos, e também muito bem avaliado pela sociedade, que chega até nós por meio de uma média demanda pelas vagas oferecidas. Dos ex-alunos de que temos notícias, sabemos que estão muito bem inseridos no mercado de trabalho. Por causa da situação financeira, os alunos, em geral, procuram logo uma vaga no mercado. Foi pensando nisso que abrimos uma turma de licenciatura no noturno, para formarmos professores. Temos também um núcleo de pesquisa de ensino de ciências que é forte dentro da instituição e que valoriza a formação de professores. Aqui no Instituto de Química temos uma linha de pesquisa de mestrado exclusiva para a licenciatura e também um projeto de extensão da licenciatura, coordenado pela professora Agustina Rosa Echeverría, o Núcleo de Pesquisa no Ensino de Ciência (Nupec).

Como está o mercado de trabalho para os bacharéis?

Saem do Instituto de Química profissionais de dois tipos: os licenciados e os bacharéis. Até 2009, tínhamos duas habilitações: bacharel e licenciado. Mas, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), conseguimos abrir também o curso de Engenharia Química. Então o bacharel passou a ter duas habilitações: o pleno e o bacharel com habilitação em Química Industrial. O bacharel pode trabalhar, tanto em indústrias de pequeno porte, no desenvolvimento de novas metodologias, seja para o controle de qualidade de produtos, seja para o tratamento de rejeitos, quanto em empresas de pequeno porte, microcervejarias, empresas de solventes ou postos de gasolina. A formação dele permite também o acesso à pós-graduação. Temos um mestrado bem consolidado, com conceito 4 conferido pela Capes e temos também o projeto de doutorado interinstitucional, que envolve, além da UFG, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O curso de Química Industrial prepara o profissional para trabalhar em indústrias de médio porte, nas quais ele desenvolverá ações de controle de qualidade, além de poder gerenciar outros profissionais para auxiliá-lo nisso. Já o licenciado atua em sala de aula, no ensino fundamental ou médio, além de poder fazer o mestrado e o doutorado.
Aliás, todos eles, de todos os cursos e habilitações, podem.

Confira outros trechos da entrevista em www.jornalufgonline.ufg.br